



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

**SENTENÇA**

Processo Digital nº: **1012237-10.2017.8.26.0566**  
 Classe - Assunto: **Embargos de Terceiro - Construção / Penhora / Avaliação / Indisponibilidade de Bens**  
 Embargante: **Gilvan Alves de Jesus**  
 Embargadas: **Lais Lima Santana da Silva e Larissa Lima da Silva**

Juiz de Direito: **Paulo César Scanavez**

**Gilvan Alves de Jesus** move ação em face de **Lais Lima Santana da Silva, Larissa Lima da Silva** (esta foi incluída a partir da contestação) e **Reidania Soares Lima**, dizendo que as duas primeiras embargadas ajuizaram incidente de cumprimento de sentença em face de Robson Santana da Silva, feito nº 1009459-04.2016.8.26.0566, desta Vara, onde, para garantia do Juízo da Execução, foi penhorado o veículo "FORD, FUSION, ano 2010/2010, gasolina, placa NND 3370, Código Renavam 00217680631", acontece que esse veículo é de propriedade do embargante, adquirido em 2016, tanto que tem pago as prestações do financiamento que celebrou com o Banco BV Financeira. O executado emprestou a garagem de seu prédio residencial para o embargante guardar o veículo. Pede a procedência dos embargos para declarar a insubsistência da penhora e que o bem retorne à posse e propriedade do embargante. Exibiu os documentos de fls. 09/15.

Foi indeferido o pedido de tutela de urgência, ou seja, o bem continuou garantindo o débito exequendo. As embargadas foram citadas na pessoa da advogada que as representa no incidente de cumprimento de sentença. A representante legal de uma das alimentárias não contestou. Ambas as exequentes sustentaram às fls. 22/28 que o executado é o possuidor direto do veículo, tanto que a penhora se deu quando esse bem estava em poder do executado. Existe contradição em relação a alguns elementos do financiamento. O executado era o proprietário do veículo "EcoSport XLT 1.6 L, ano 2004, placa DKW 5811, Código Renavam 826782221", que foi vendido em 14/09/2016, em fraude à execução. O Ford Fusion foi adquirido em 14/10/2016, evidenciando a sub-rogação do preço daquele na aquisição deste. O executado quem utiliza o veículo no dia a dia de suas necessidades. Subsiste a penhora. Improcede a ação. Documentos às fls. 29/32.

Debalde a tentativa de conciliação. Prova oral às fls. 41/42. Houve

**1012237-10.2017.8.26.0566 - lauda 1**



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

réplica. À fls. 59 as partes afirmaram inexistir outra prova a ser produzida e, em alegações finais, reiteraram os seus anteriores pronunciamentos.

**É o relatório. Fundamento e decido.**

A outrora representante legal das exequentes, Reidania Soares Lima, não tem legitimidade alguma para figurar no polo passivo. Excluo-a do polo passivo, extinguindo o processo em relação a ela com fundamento no inc. VI do art. 485 do CPC.

Ambas as filhas atingiram a maioridade civil. Larissa não fora incluída na inicial como embargada, mas a fl. 22 ofereceu contestação, comparecimento espontâneo esse que acabou por suprir a necessidade de seu chamado ao processo. Os instrumentos de mandatos judiciais constam do incidente de cumprimento de sentença, feito nº 1009459-04.2016.8.26.0566, desta Vara, tanto que a advogada que as representa recebeu a citação em nome das mandantes-embargadas e contestou e as tem acompanhado neste procedimento.

O oficial de justiça efetivou a penhora do veículo "FORD, FUSION, ano 2010/2010, gasolina, placa NND 3370, Código Renavam 00217680631", conforme cópia do auto a fl. 30. Quando da efetivação dessa constrição, o executado Robson Santana da Silva, pai das exequentes-embargadas, estava no exercício da posse direta desse bem.

Na audiência de fls. 41/42, o embargante disse, em essência, o seguinte: "a) o executado é seu cunhado; b) a distância entre o prédio que serve de residência para o embargante daquele onde o executado mora é de 3 Km; c) o embargante é vendedor de veículos usados e mantém em média para esse seu comércio 6 veículos; d) o executado guarda o Ford Fusion na garagem de sua casa, mas o utiliza no dia a dia para as suas múltiplas necessidades. Faz mais de ano que o embargante utiliza a garagem da casa do executado para proteger o veículo; e) no final de dezembro do ano transato, o executado foi ao Estado da Bahia onde permaneceu por 20 dias, e para essa deslocação usou o veículo Fusion".

Ora, a narrativa dos fatos apresentada pelo embargante foge do verossímil. A experiência comum informa que muito raramente alguém empresta veículo para cunhado utilizá-lo no dia a dia. Interessante notar que desde a aquisição, o veículo jamais saiu da posse do executado. Este quem sempre exerceu posse direta sobre o Fusion. A falaciosa versão do embargante se perde diante do peso da realidade identificada pela robusta prova e que fora tecida no curso da relação cultivada pelo executado com o bem, ostentando, continuamente, por força do exercício da posse direta, a condição de dono (art. 1.267 e seu parágrafo único do Código Civil).

O veículo jamais foi colocado à venda pelo embargante, mesmo porque não era de sua propriedade. As embargadas trouxeram em abono de sua tese outra janela: o executado



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

adquiriu o Fusion um mês depois de ter vendido o bem que estava em seu nome, qual seja, o veículo "EcoSport XLT 1.6 L, ano 2004, placa DKW 5811, Código Renavam 826782221", alienação essa ocorrida em 14/09/2016, conforme fl. 31. O veículo objeto destes embargos foi adquirido logo na sequência: 14/10/2016. A maior porção do preço da aquisição deste último veículo foi realizada à vista. O financiamento celebrado para complementar o preço de aquisição do Fusion foi minúsculo. O contrato de financiamento foi firmado em nome do embargante para reforçar a estratégia de que o bem não seria de propriedade do executado. O efeito dessa trama criou resultado inverso: deixaram rastros vigorosos da simulação cujo objetivo maior seria o de evitar que o veículo Fusion fosse tangido pela constrição em favor do crédito das exequentes-embargadas.

Se o veículo fosse do embargante, cuidaria este de mantê-lo mais próximo da sua mercancia, limitando o uso da garagem do prédio residencial do executado apenas para a passagem noturna.

A relação de parentesco entre embargante e executado, na visão destes, facilitaria o ludíbrio da Justiça, acobertando a simulação e consequente impenhorabilidade do veículo. Justamente essa relação de parentesco, associada à trama mal forjada entre eles, permite concluir que o executado é o real proprietário do veículo. Portanto, subsiste a penhora.

O embargante compareceu em Juízo, como litigante, alterando a verdade dos fatos, subsumindo sua conduta à hipótese do inc. II do artigo 80 do CPC. Disse que era o proprietário do Fusion na vã tentativa de proteger o patrimônio do executado, deixando as embargadas em situação de desconforto e de risco quanto à efetividade do crédito executado. Em razão disso, o embargante se sujeitará à multa de 9,99% do valor corrigido da causa, além de 15% de honorários advocatícios sobre o valor corrigido da causa e custas do processo.

**JULGO IMPROCEDENTES os Embargos de Terceiro.**

Subsiste a penhora de fl. 30. Condene o embargante a pagar às embargadas-exequentes as seguintes verbas: **a)** multa de 9,99% do valor corrigido da causa, em decorrência da litigância de má fé reconhecida em função do inc. II do art. 80 do CPC; **b)** 15% de honorários advocatícios sobre o valor corrigido da causa e custas do processo. Cópia desta sentença deverá ser juntada pelo cartório no incidente de cumprimento de sentença, feito nº 1009459-04.2016.8.26.0566, desta Vara.

Extingo o processo em relação à Reidania Soares Lima, sem julgamento de mérito, nos termos do inc. VI do art. 485 do CPC. Não foi citada e nem ofereceu defesa, não havendo que se falar em ônus da sucumbência em favor dela.



**TRIBUNAL DE JUSTIÇA DO ESTADO DE SÃO PAULO**  
**COMARCA DE SÃO CARLOS**  
**FORO DE SÃO CARLOS**  
**1ª VARA DA FAMÍLIA E SUCESSÕES**  
**RUA SORBONE, 375, São Carlos - SP - CEP 13560-760**

P. I.  
São Carlos, 04 de junho de 2018.

**DOCUMENTO ASSINADO DIGITALMENTE NOS TERMOS DA LEI 11.419/2006,  
CONFORME IMPRESSÃO À MARGEM DIREITA**